



# ARTIGOS

## RISCO DE ADOECIMENTO NO TRABALHO: ESTUDO COM POLICIAIS MILITARES DE UM BATALHÃO DE POLÍCIA DE BRASÍLIA

Leonardo Borges Ferreira<sup>1</sup>, Marcelo Augusto Finazzi Santos<sup>1</sup>, Kesley Morais de Paula<sup>1</sup>, Juliana Moro Bueno Mendonça<sup>1</sup>, Adailto Fernandes Carneiro<sup>1</sup>

1- Universidade de Brasília

### RESUMO

---

Policiais militares são acometidos por transtornos físicos e mentais ligados à profissão, que envolve o contato frequente com a violência. Este estudo aplicou o Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento - ITRA a policiais de um Batalhão de Polícia de Militar de Brasília, para verificar a percepção sobre os efeitos do trabalho no processo de adoecimento. Da população de 126 indivíduos, foram validados 28 questionários (22,2%) mediante modelo de estatística descritiva e testes de normalidade, correlação e testes de diferenças médias entre grupos da amostra. Os índices do ITRA indicaram que os policiais apresentam desconforto no trabalho, com alto risco de adoecimento, em vista das condições desfavoráveis a que estão submetidos, motivo pelo qual se requer providências no sentido de minorar os impactos adversos na saúde da categoria. A cadeia de comunicação formal e rígida da organização militar é compensada por canais informais entre os policiais, espaços em que se racionaliza a violência e o sofrimento. Infere-se dos achados que as estratégias individuais de resistência e enfrentamento se enfraquecem no decorrer do tempo de permanência na corporação, suscetibilizando os indivíduos aos transtornos biopsicossociais no decorrer da carreira.

**Palavras Chave:** Prazer-sofrimento no trabalho. Policiais Militares. Inventário do Trabalho e Riscos de Adoecimento. Saúde coletiva.

**ABSTRACT**

---

Military police officers are affected by physical and mental disorders linked to the profession, which involves frequent contact with violence. This study applied the Inventory of Work and Illness Risk -ITRA to verify the perception of the effects of working in the disease process in the military police officer of a Police Battalion of Brasilia. Out of a population of 126 individuals, 28 questionnaires (22.2%) was evaluated by descriptive statistics and model submitted normality test, correlation and tests of mean differences between groups. The contents of the ITRA indicated that the police officers have discomfort at work, with anxieties that indicate high risk of illness and ratify, like the literature, that the unfavorable conditions that are submitted, that requires measures in order to mitigate the adverse impacts on health category. The chain of rigid communication of the military police organization is offset by informal channels between police, spaces where rationalizes violence and suffering. It appears from the survey results that the individual strategies of resistance and confrontation weaken during the time spent in the enterprise, leveraging the biopsychosocial disorders.

**Keywords:** joy-suffering at work. Military police. Inventory Work and Illness Risks. Public health.

## INTRODUÇÃO

---

As organizações policiais são instituições que exercem poder e controle dentro e fora das suas estruturas. As Polícias Militares são órgãos estaduais concebidos para realizar, dentre outros, o serviço de “[...] polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (BRASIL, 1988, Art. 144, caput). Para Valla (2000) a versatilidade e a eficiência dessas instituições policiais, consolidadas ao longo de vários anos de experiências na história brasileira, comprovam que é um modelo que tem méritos pela solidez e estabilidade com se mantêm prestando seus serviços.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é responsável pelo policiamento ostensivo e atendimento de emergências no Distrito Federal e a maior parte do seu contingente reveza-se diuturnamente em modalidades do serviço policial, tendo como atividade-fim, por exemplo: o patrulhamento preventivo a pé ou em viaturas terrestres (motocicletas ou carros), serviços de inteligência (sem uso de uniformes), patrulhamentos com cavalos, bicicletas e outros; e atividades-meio como: suporte logístico, gestão administrativa em geral, pessoal de intendência, etc. A vulnerabilidade inerente ao desempenho da atividade policial, seja meio ou fim, o constante contato com a violência e o

contato corriqueiro com problemas sociais, acarretam aos policiais militares, de uma forma geral, exigências que os tornam suscetíveis ao sofrimento no trabalho e ao desenvolvimento de transtornos biopsicossociais (MINAYO; ADORNO, 2013).

Anjos (2013) afirma que o trabalho pode influenciar e até determinar aspectos da vida física e psíquica, as formas de agir, de pensar e até mesmo de perceber o mundo ao seu redor. Na mesma linha de pensamento, Anchieta et al. (2011) afirma que, ao exigir esforços físicos ou intelectuais, o trabalho pode impactar nos estados fisiológico e psíquico dos indivíduos, podendo causar-lhes danos severos à saúde. Já para Ferreira, Macêdo e Martins (2015), o trabalho possui íntima relação com a construção da identidade do sujeito e, por esta razão, deve ser tema central para a compreensão dos impactos na saúde somática e mental.

Há evidências de que a profissão policial é uma das mais danosas aos indivíduos que a exercem sob o ponto de vista psicológico (LIBERMAN et al., 2002), com alta carga de estresse e de exigências físicas e emocionais comparativamente a outras ocupações (STOTLAND, 1991; BIGGAM; POWER; MACDONALD, 1997). Não sem motivos os policiais apresentam altos índices de

depressão, estresse pós-traumático, ansiedade, alcoolismo e, mesmo, suicídio (KPOSOWA, 1999; VIOLANTI, 2004; DARENSBURG et al, 2006; MARTA et al, 2013; CHOPKO; PALMIERI; FACEMIRE, 2014).

O mais importante documento regulatório da profissão policial militar no DF é o Estatuto dos Policiais Militares, Lei nº. 7.289/1984 que normatiza e descreve algumas peculiaridades profissionais objetivas e subjetivas da categoria. Logo no Art. 13, o Estatuto apresenta os preceitos básicos de hierarquia e disciplina e, no Art. 15, estabelece que a carreira policial militar é caracterizada pela inteira devoção às atividades policiais. Alguns elementos textuais do Estatuto apresentam a complexidade envolvida na caracterização da profissão policial militar e dizem respeito a aspectos subjetivos com prescrições vinculativas sustentadas em acepções simbólicas e Sociafetivas, como se observa a seguir:

**Art. 29 - O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar:**

**VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;**

**VIII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço;**

**Art. 32 - Os deveres policiais-militares emanam de vínculos racionais e morais que ligam o policial-militar à comunidade do Distrito Federal e à sua segurança, compreendendo, essencialmente:**

**I - a dedicação integral ao serviço policial-militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida;**

**IV - a disciplina e o respeito à hierarquia;**

**V - o rigoroso cumprimento das obrigações e ordens (BRASIL, 1984).**

Neste sentido, a organização do trabalho policial (normas, tempos e controles internos sobre as tarefas desempenhadas), as condições do trabalho (espaços físicos, materiais e equipamentos), as relações socioprofissionais (interação entre colegas e canais de comunicação formal e informal), bem como a autopercepção de prazer e sofrimento a respeito do grau de liberdade, das recompensas (satisfação pessoal), dos desgastes e da insegurança decorrentes do trabalho são fatores imprescindíveis para a compreensão dos impactos na subjetividade desta categoria, como asseveram Dejourns (1988), Mendes (1995) e Mendes e Abrahão (1996).

Alcadipani (2014) apontou que somente no ano de 2013, o Brasil registrou 490 homicídios de policiais, um número bem superior aos registrados, por exemplo, nos Estados Unidos (96 policiais mortos) e no Reino Unido (8 policiais mortos), o que indica os riscos que a profissão policial possui. Este risco diário torna os policiais

militares uma classe profissional atingida em grande escala por agentes estressores, de forma que estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse ocupacional e das suas consequências nefastas (AMADOR, 2002; COSTA et al., 2007; MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, ASSIS e CARVALHAES, 2009). Nesta mesma direção, outros pesquisadores como: Amador et al. (2002), Souza e Minayo (2005), Minayo, Souza e Constantino (2007), concordam com a severidade e pressões inerentes à atividade policial, acrescentando que a violência real se soma à violência subjetiva.

Diante do exposto, a presente pesquisa objetivou verificar a percepção sobre os efeitos do trabalho no processo de adoecimento de policiais militares de um batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal responsável pelo policial de um bairro de Brasília, mediante: (a) avaliação dos impactos da organização do trabalho e das relações socioprofissionais sobre a subjetividade, (b) ponderação dos custos físico, cognitivo e afetivo relacionados ao trabalho, (c) mensuração do nível de prazer e sofrimento no trabalho e (d) medição dos danos biopsicossociais decorrentes do trabalho. A relevância do estudo, portanto, é pertinente tanto do ponto de vista acadêmico quanto social, pois vislumbra compreender as peculiaridades da categoria,

que possibilitam auxiliar nas estratégias de prevenção ao adoecimento relacionadas ao trabalho, optando-se, dentre as estratégias epistemológicas possíveis, pelas bases da Psicodinâmica e Clínica do Trabalho.

## REFERENCIAL TEÓRICO

---

O Ministério da Saúde do Brasil (MS) considera como trabalhadores: pessoas que exercem atividades formais ou não para sustento próprio ou de dependentes, submetidos a tecnologias e modelos organizacionais que lhes atribuem exigências físicas ou psíquicas capazes de lhes causar danos. A saúde do trabalhador é uma área da Saúde Pública que enfatiza as relações entre o trabalho e a saúde, cujos objetivos são: promover e proteger a saúde do trabalhador por meio “de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência” (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL, 2001, p. 17).

A natureza da profissão policial militar está intimamente ligada à regulação social das condutas de outras pessoas, ao contato frequente a violência, a exposição da integridade física e o risco de morte, sob um regime organizacional que exige condutas

condicionadas. A profissão policial militar sujeita os indivíduos a extremas pressões, com exigências físicas e psicológicas que impactam significativamente em várias dimensões da saúde dos sujeitos. Trata-se de uma profissão peculiar que envolve lidar com o sofrimento humano e com altos níveis de pressão, fatores que, de acordo com a literatura, levam muitos policiais ao adoecimento psíquico, ao abuso de drogas, a problemas afetivos e ao suicídio (MOREIRA; NOGUEIRA, 1999).

Inseridos em contextos de violência cotidiana, policiais militares são abandonados a neuroses capazes de causar danos e aos que estão ao seu redor (SILVA, 2009). Muitos policiais brasileiros são mortos em decorrência da profissão policial o que é um absurdo e deveria ser motivo de indignação coletiva, ainda que a natureza da profissão prescreva o risco de vida como um acontecimento possível (ALCADIPANI, 2014). A indiferença quanto a isso, remete à sensação de desvalorização profissional com repercussões consideráveis na autoestima dos policiais (ANDRANDE, SOUZA e MINAYO, 2009).

A literatura brasileira sobre o trabalho policial aponta que a profissão policial militar é extremamente desgastante, acarreta sérias implicações na saúde dos

sujeitos e nas suas relações sociais (BORGES, 2013), incide em diversas instabilidades psicológicas (SANTA CATARINA, 2010), vulnerabiliza e expõe ao estresse ocupacional, suscetibilizando-os às doenças mentais e comportamentais (MÜLLER, 2012) e compelindo-os às formas compensatórias de alívio como consumo de álcool (FERREIRA, 2013), a disfunções alimentares (PENA, 2011). Os estudos apontam ainda que no Brasil, policiais, sobretudo os policiais militares, têm maior risco cardiovascular do que a população em geral (BEZERRA, MINAYO e CONSTANTINO, 2013; JESUS, MOTA e JESUS, 2014), são “caçados” por criminosos (SOUZA e MINAYO, 2005, p. 925), sujeitos a morte violenta em decorrência da profissão (ALCADIPANI, 2014), abandonados às suas próprias neuroses (SILVA, 2009), acompanhados de sentimento de desvalorização, falta de reconhecimento social e baixa autoestima (AMADOR, 1999; SOUZA e MINAYO, 2005; ANDRANDE, SOUZA e MINAYO, 2009), expostos a intempéries que geram desconfortos fisiológicos (BORGES, 2013b), têm qualidade de vida no trabalho avaliada como crítica (COELHO, 2014).

Nesse sentido, o sentimento de desvalorização e a falta de reconhecimento social são fontes de sofrimento dos policiais devido à exposição midiática negativa que

os coloca em situações de extremo desconforto (SOUZA e MINAYO, 2005; AMADOR, 1999). Para Souza e Minayo (2005, p. 919), o conceito degradante que quase sempre atribui adjetivos pejorativos aos policiais militares “está entranhado na cultura” que naturaliza a violência e os vitimiza mais do que a qualquer outro tipo de profissional.

Estudo publicado por pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP no ano de 2015 sobre percepção de vitimização entre policiais brasileiros intitulada Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública analisou 10.323 formulários distribuídos eletronicamente e preenchidos por agentes de segurança de várias forças municipais, estaduais e federais, incluindo guardas civis, policiais e bombeiros militares, policiais civis, federais e rodoviários federais. No que se refere aos policiais militares, o estudo apontou que: 79,9% relatou já ter sofrido algum tipo de ameaça em serviço; 59,5% relatou já ter sofrido algum tipo de ameaça fora do serviço; 73% relatou que já teve algum colega vítima de homicídio em serviço e 77,5% já teve algum colega vítima de homicídio fora do serviço; 73,8% afirmou já ter se sentido discriminados em razão da

profissão policial militar (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2015).

### **Psicodinâmica no Trabalho: considerações gerais**

---

Abordagem científica desenvolvida a partir dos anos 1990, a psicodinâmica do trabalho foi construída por meio de referenciais teóricos ligados à psicopatologia, com intuito de estudar a relação trabalho e saúde por meio de um paradigma diferente daquele que até então preponderante (funcionalista) (MENDES, 2007). Caracteriza-se epistemologicamente por um corte transversal entre os paradigmas interpretativista e radical humanista (BURREL; MORGAN, 1979).

Permeado por essa visão paradigmática, o objeto da psicodinâmica do trabalho, de acordo com Mendes (2007), é o estudo das relações e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer e sofrimento perante as contradições sociais e do trabalho. Esses processos atribuem sentido, na relação entre trabalhador e sua realidade de trabalho, pelo seu modo de pensar, sentir e interagir. Essa dinâmica, conforme esclarece a autora, induzida pela tentativa de dominação da organização do trabalho sobre o trabalhador, resulta em patologias sociais e em adoecimento. O



indivíduo, por seu lado, busca estratégias e investimentos psíquicos para mudar a realidade do trabalho. Nesse sentido, é central a análise da problemática da mobilização e do engajamento que a organização do trabalho exige do sujeito trabalhador, o que, por conta de uma ideologia produtivista, leva ao sofrimento.

Dejours (2007a) ressalta comportamentos e situações que trazem sofrimento ao trabalhador. O primeiro ponto abordado é a diferença entre o que é prescrito para o trabalho e o que é realizado. De fato, é praticamente impossível cumprir meticulosamente todas as prescrições, instruções e procedimentos delineados para a execução de uma série de tarefas. Mendes (2007), nessa direção, salienta que a organização do trabalho não se beneficia de fato do sofrimento do trabalhador, mas sim de estratégias de mediação perante esse sofrimento para aumentar a produtividade.

Mendes (2007) exemplifica a auto-aceleração como uma estratégia que poderia ser classificada como individual, e que seria um modo de evitar contato com a realidade que faz sofrer e uma ferramenta usada pelos gestores da organização do trabalho para aumentar a produção. Dejours (2007a), por seu turno, cita estratégias coletivas de defesa construídas por trabalhadores para

lidar com o medo imposto pela organização do trabalho, como, por exemplo, a submissão à precarização do trabalho, por meio da intensificação da rotina de trabalho e do aumento do sofrimento subjetivo, e a estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez, criando-se certa indiferença em relação ao sofrimento do outro e a exacerbação do individualismo.

Por conseguinte, pode-se observar que, apesar de o sofrimento ser individual, os meios de defesa são coletivos, sendo construídos de forma a surgir sistemas específicos de defesa da ordem coletiva, que existem para defender aquilo que não pode ser assimilado pelo instrumento de defesa da ordem individual. Nesse contraponto, as estratégias como a sublimação e a alienação – ordem individual – possuem uma relação de continuidade com os desejos, oferecendo uma saída que faz o funcionamento psíquico do indivíduo não desmoronar; já estratégias de ordem coletiva respeitam parcialmente os indivíduos, por meio da repressão dos desejos, que pode vir a trazer uma lógica de alienação sem saída, que alivia o sofrimento, mas que não contribui para a concretização dos desejos (DEJOURS, 2008). Nesse contexto, a psicodinâmica do trabalho mostra ainda como os procedimentos defensivos são utilizados pela organização

do trabalho de modo a obter vantagem de diversas formas. Uma das formas mais evidentes é o uso em proveito da produtividade, como citado anteriormente, da auto-aceleração, que conduz a ritmos frenéticos de trabalho, gerando um grande retorno ao custo da própria inquietude (DEJOURS, 2007b).

### **Prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares**

---

As organizações policiais militares, por suas funções institucionais, demandam exigências laborais complexas, com reflexos profundos na subjetivação de prazer e sofrimento desses profissionais. Observa-se, entretanto, certo desinteresse no meio acadêmico em estudar essa profissão, o que pode estar ligado a um ranço histórico relacionado aos governos militares pós-1964, em que instituições militares e policiais serviram de garantia para manutenção da ordem política não democrática (SOUZA e MINAYO, 2005). No que se refere a questões sobre a saúde de policiais militares, são menos comuns ainda produções acadêmicas que mencionem as rotinas cotidianas ou abordem os aspectos do trabalho policial militar (MUNIZ, 1999), sobretudo, quando se consideram fatores relacionados aos efeitos na subjetividade desses profissionais.

Além dos estudos já citados, pesquisas conduzidas em âmbito nacional igualmente apontam no sentido de que a profissão de policial militar está altamente propensa a adoecimento em decorrência das atividades que exercem, como aqueles desenvolvidos por Cruz (1989), Nascimento (1999), Anchieta e Galinkin (2005), Anchieta et al. (2011). O risco diário a que estão expostos os policiais militares tornam-nos uma classe profissional atingida em grande escala por agentes estressores, de forma que os policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse e suas consequências, como salientam Collins e Gibbs (2003) e Costa et al. (2007). Nesta mesma direção, outros pesquisadores concordam com a severidade e pressões inerentes à atividade policial, a exemplo de Amador et al. (2002), Souza e Minayo (2005), Minayo, Souza e Constantino (2007), na medida em que a violência real do dia-a-dia se soma à violência subjetiva, com a significação subjetiva que fazem do seu próprio trabalho.

O policial militar vive um estado de alerta permanente, agravado por eventuais tensões e conflitos de caráter pessoal. Estas circunstâncias impõem aos trabalhadores alto grau de agentes estressores a serem controlados e quanto maior forem as exigências e menores os controles, maior

será a probabilidade de ocorrerem situações danosas à saúde do trabalhador, como asseveram Murta e Tróccoli (2004). As relações de prazer e sofrimento no trabalho são implicações subjetivas do trabalhador e formam “(...) um único constructo composto por três fatores: valorização e reconhecimento, que definem o prazer; e desgaste com o trabalho, que define o sofrimento” (MENDES; TAMAYO, 2001, p. 41). Como salientam Rodrigues et al. (2006, p. 2), pode-se dizer que “o sofrimento no trabalho se constitui uma das consequências da insistência do ser humano em viver em um ambiente que lhe é adverso”.

## MÉTODOS

---

Propõe-se desenvolver pesquisa quantitativa com a finalidade de relacionar o mal-estar no trabalho a partir de modelo epistemológico da psicodinâmica do trabalho, originalmente concebida à luz da sociologia interpretativista (BURRELL; MORGAN, 1979). Tal abordagem teórica problematiza os danos psicopatológicos relacionados ao trabalho no contexto da pós-modernidade, de modo a compreender como homens e mulheres resistem às adversidades e enfrentam o adoecimento em um cenário de pressões organizacionais cada vez mais intensas (DEJOURS, 1992b; GAULEJAC, 2007).

À psicodinâmica do trabalho interessa o estudo das manifestações de prazer e sofrimento, assim como das estratégias empregadas pelos trabalhadores para mediar as contradições intrínsecas à organização do trabalho (MENDES, 2007a). Sabe-se, entretanto, que para minimizar o sofrimento e não sucumbir ao desequilíbrio físico ou psíquico, o sujeito desenvolve mecanismos de defesa, aceitação ou racionalização do sofrimento, tais como cinismo, perversão, sabotagem, alienação, desinteresse, acomodação, abrindo-se espaço para violências (como os assédios) e servidão voluntária.

Na medida em que é por meio da fala que o sujeito desvela o sofrimento e ressignifica o próprio trabalho, é próprio da psicodinâmica do trabalho o emprego de método ideográfico e indutivo de cunho tipicamente qualitativo. Por outro lado, o percurso metodológico quantitativo que se vale de análises psicométricas para aferir dimensões do prazer, sofrimento e estratégias de mediação ao mal-estar no trabalho, processo dedutivo, tem muito a contribuir para a compreensão do papel do trabalho na vida dos trabalhadores, admitindo-se que “um mesmo tema pode ser investigado pela psicodinâmica do trabalho e pela psicometria, sem perda da sua

essência” (MENDES; FERREIRA; CRUZ, 2007, p. 106).

Tendo em mente os pressupostos teóricos da psicodinâmica do trabalho, realizou-se, assim, estudo quantitativo de caráter transversal (cross-sectional), priorizando-se a captação da percepção de amostra de policiais militares de uma unidade policial sobre os efeitos do trabalho no processo de prazer e sofrimento, tendo em consideração de que se trata de uma análise de nível meso-organizacional considerando que o alvo da pesquisa foi, tão somente, um único Batalhão de Polícia responsável pela prestação de serviço em um bairro de Brasília, Distrito Federal. Trata-se de estudo de caso, útil em pesquisas exploratórias em que há pouco conhecimento acumulado (EISENHART, 1989) e que, portanto, implica em limitações do estudo (ALVES-MAZZOTTI, 2006). A rigor, a pesquisa também traz elementos que a caracterizam como descritiva e descritiva, segundo Lakatos e Marconi (2010), visto que a problematização envolvida exigiu a coleta e o registro de dados com a respectiva análise e interpretação vinculado-os às questões da atividade profissional, para obter resultados quantitativos e, em seguida, discussões e resultados que confirmam a natureza delatária (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A população estudada é composta por 126 indivíduos e foi definida a priori considerando indivíduos, independentemente da função hierárquica, cujas atividades estão ligadas predominantemente à atividade-fim da polícia militar, como patrulhamento motorizado, em bicicletas ou a pé, os quais desempenhavam funções habitualmente preventivas ou de pronto-atendimento de emergências. O instrumento empregado (survey) foi o Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), instrumento criado e validado por Ferreira e Mendes (2003) em ampla pesquisa auditores fiscais da Previdência Social, posteriormente revalidado por Mendes e Ferreira (2007) com servidores públicos federais, de modo que esta é a versão do instrumento empregada no presente trabalho.

A psicometria do ITRA ocorre pela técnica de análise fatorial, segundo Ferreira e Mendes (2007, p. 114), utilizada a partir do pressuposto de que “(...) os riscos são influenciados por diversas dimensões, compostas por mais de um fator, e que são interdependentes”. Essa análise exige uma correlação entre as quatro escalas, além da mensuração de confiabilidade. É utilizado o método de ‘Eixo Principal de Fatoração’ (Principal Axis Factoring - PAF), rotação *oblímin*, com o estabelecimento de

correlação entre os fatores de acordo com as escalas, integrando os dados estatísticos com definições conceituais. Os autores explicam, ainda, que o instrumento “é composto por quatro escalas interdependentes que avaliam quatro dimensões do trabalho e riscos de adoecimento, traduzidas em quatro escalas” (FERREIRA; MENDES, 2007, p. 113). Cada uma destas escalas possui fatores específicos e objetivam explicar as funções a seguir descritas:

- a) Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho (EACT): descrever o contexto de trabalho, referindo-se à organização e as relações estabelecidas entre os trabalhadores, considerando ainda as condições gerais de trabalho;
- b) Escala de Custo Humano no Trabalho (ECHT): mensurar os esforços exigidos do trabalhador nos planos físico, cognitivo e afetivo no âmbito da empresa;
- c) Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST): identificar as vivências do trabalhador, suas satisfações (prazer) e angústias (sofrimento) decorrentes do trabalho;

- d) Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT): identificar os principais efeitos biopsicossociais que afligem os trabalhadores em decorrência das atividades laborais.

Segundo Mendes e Ferreira (2007), das percepções oriundas do instrumento de medição, é possível identificar impactos no bem estar psíquico e físico do trabalhador, partindo da premissa de que o sujeito em situação de trabalho está submetido a um processo permanente e dinâmico que envolve regulação com intuito de cumprir as tarefas e exigências do seu labor em um contexto situacional, físico, material, instrumental, organizacional e social; e a avaliação que ocorre neste sujeito, ligada à sua subjetivação, isto é, as percepções deste sujeito relacionadas ao prazer-sofrimento.

#### PROCEDIMENTOS E COLETA

---

A coleta dos dados envolveu amostra de 45 questionários dos quais 5 questionários foram extraviados e outros 12 descartados pelos pesquisadores devido a preenchimento incompleto, duplicidade de respostas ou preenchimento por policiais não pertencentes à população-alvo. A amostra validada no estudo, foi de 28

questionários, ou 22,2% da população-alvo considerada. Todos os respondentes eram pertencentes aos quadros permanentes do batalhão analisado e desempenhavam com regularidade atividades policiais de patrulhamento em viaturas ou a pé. A coleta ocorreu em novembro de 2014, ao longo de duas semanas, em horários noturnos e diurnos nas próprias áreas de responsabilidade da organização policial, onde as equipes de policiais militares que eram abordadas pelos pesquisadores que, após apresentar documento autorizativo firmado por autoridade policial responsável pela administração de pessoal da unidade policial, apresentavam os objetivos da pesquisa e solicitavam o preenchimento dos questionários do ITRA. Após o início do preenchimento alguns policiais manifestaram não quererem participar da pesquisa o que explica, em parte, formulários com preenchimento inadequado. Todos os respondentes eram soldados, cabos ou sargentos, funções hierárquicas definidas como de execução ou de auxílio e complementação do serviço policial militar de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (BRASIL, 1984, Arts. 38 e 39) e enquadravam-se nos critérios estabelecidos, a priori, pelos pesquisadores de exercerem habitualmente atividades de policiamento

ostensivo-preventivo, tendo sido constatado também, por meio da análise de dados demográficos que todos os respondentes desempenhavam papel de policiamento uniformizado em viaturas e à pé, ou seja, diretamente ligados à segurança preventiva e ao atendimento de solicitações da população do bairro. De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (MTE, 2010), além de outros, todos os policiais militares têm em comum, como condições gerais do trabalho policial militar: a imprevisibilidade de horários e turnos, a atuação sob pressões e estresse e a exposição constante ao risco de perder a vida na rotina de trabalho.

A análise dos dados foi feita por meio de modelo de estatística descritiva e, para análise inferencial, empregaram-se testes de normalidade, correlação e testes de diferenças médias entre grupos dentro da amostra, como teste de Levene e teste T, mediante uso de pacote estatístico SPSS – Statistical Package for the Social Sciences (FIELD, 2009).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Primeiramente, no intuito de melhor analisar os dados encontrados, averiguou-se a existência de casos extremos em cada um dos 13 fatores analisados, chegando-se à

conclusão de que apenas no item Organização do Trabalho foram identificados casos extremos. Contudo, ao realizar um boxplot no intuito de conhecer melhor a distribuição dos casos, percebeu-se haver uma quantidade maior de casos extremos (1/4 da amostra) por conta da grande concentração de resposta (3/4 da amostra) na mediana. Sendo assim, acredita-se que os casos extremos caracterizam especialmente esta variável e que gere informações não dispensáveis e, portanto, devendo ser mantidos.

Quanto à normalidade da distribuição dos fatores, optou-se pelo teste Shapiro-Wilk, visto tratar-se de amostra inferior a cinquenta casos (FIELD, 2009). Percebeu-se, então, que apenas quatro itens poderiam ser considerados distribuídos de acordo com a normalidade, tendo um valor de significância superior 0,05, no qual se aceita a Hipótese Nula e pressupõe normalidade: Realização Profissional, Falta de Reconhecimento, Danos Físicos e Tempo de Serviço. No que se refere ao nível de assimetria e curtose da distribuição, todos os fatores apresentaram valores aproximados entre -2 e 2. Isso pode ser considerado um pressuposto para que se avalie a distribuições de todas as variáveis, exceto Custo Físico, como se fosse normal

(MILES E SHEVLIN, 2001), como demonstra a Tabela 1:

Para aferir os resultados da pesquisa o modelo teórico utiliza referências que indicam como devem ser avaliados os resultados encontrados em cada um dos fatores, conforme as escalas em que eles se agrupam, como se segue na tabela 2.

A interpretação dos resultados do ITRA exige que se consulte o teor das tabelas de referência, ou seja, Tabelas 2, 3 e 4 e se compare os índices nelas contidas com as médias encontradas em cada fator da Tabela de resultados (Tabela 1). Seguindo este protocolo, apenas o fator Condições de Trabalho da Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho (EACT) teve, na média, avaliação mais negativa (grave), ou acima de 3,7, sendo o pior resultado dentre os fatores avaliados nas escalas. Esse achado corrobora a suposição de Webster (2013) de que os aspectos negativos relacionados à rotina operacional do trabalho policial são descritos por policiais como uma das principais causas de sofrimento. Ainda sobre a EACT, apesar dos outros fatores não terem recebido avaliação mais negativa, todos tiveram avaliação moderada (crítica), sugerindo que, aliados às condições de trabalho insatisfatórias, existe alto custo cognitivo e afetivo relacionado ao trabalho,

que são aqueles relacionados às exigências mentais e emocionais (afeto e humor) para tomada de decisões, de modo que o baixo

suporte psíquico entre policiais é relacionado por Waters e Ussery (2007) como circunstância altamente estressora.

**Tabela 1 – Média, Desvio-padrão e teste de normalidade dos índices do ITRA**

DADOS - MÉDIA, DESVIO PADRÃO E NORMALIDADE						
N=28						
Escala	Fator	Média	Desvio Padrão	Shapiro-Wilk	Assimetria	Curtose
EACT	Organização do Trabalho	3,68	0,651	0,000	-1,651	2,013
	Condições de Trabalho	4,14	0,756	0,000	-0,565	-1,338
	Relações Socioprofissionais	3,43	0,879	0,001	-0,670	-0,788
ECHT	Custo Físico	4,04	1,036	0,000	-3,100	2,180
	Custo Cognitivo	3,54	1,036	0,014	-0,970	-0,070
	Custo Afetivo	3,36	1,339	0,018	-1,170	-0,120
EIPST - Fator Positivo	Liberdade de Expressão	3,36	1,339	0,018	-1,175	-0,117
	Realização Profissional*	2,82	1,278	0,129	0,555	0,638
EIPST - Fator Negativo	Vivência de sofrimento	3,21	2,007	0,025	-0,316	-1,180
	Falta de Reconhecimento*	3,46	1,278	0,067	-0,964	-0,820
EADRT	Danos Físicos*	3,00	1,491	0,301	0,000	-0,645
	Danos Sociais	2,32	1,744	0,012	0,425	-1,251
	Danos Psicológicos	2,32	2,001	0,007	1,083	-1,282
	Tempo de Serviço*	15,36	7,563	0,201	-0,258	-1,012

\*Fatores com distribuição normal, por meio do método Shapiro-Wilk.

**Tabela 2 – Referência para avaliação das escalas: EACT e ECHT**

Índice	Avaliação
Acima de 3,7	Mais negativa (Grave)
Entre 2,3 e 3,69	Moderada (Crítica)
Abaixo de 2,29	Mais positiva (Satisfatória)



**Tabela 3 – Referência para avaliação da escala: EIPST**

	Índice	Avaliação
Fatores Positivos	Acima de 4,0	Mais positiva (Satisfatório)
	Entre 3,9 e 2,1	Moderada (Crítico)
	Abaixo de 2,0	Mais negativa (Grave)
Fatores Negativos	Acima de 4,0	Mais negativa (Grave)
	Entre 3,9 e 2,1	Moderada (Crítico)
	Abaixo de 2,0	Mais positiva (Satisfatória)

Fonte: Adaptado de Ferreira e Mendes (2007, p. 121)

**Tabela 4 – Referência para avaliação da escala: EADRT**

Índice	Avaliação	Indicação
Acima de 4,1	Mais negativa	Doenças ocupacionais
Entre 3,1 e 4,0	Moderada para Frequente	Grave
Abaixo de 2,0 e 3,0	Moderada	Crítico
Abaixo de 1,9	Mais positiva	Suportável

Fonte: Adaptado de Ferreira e Mendes (2007, p. 123)

Os resultados indicam, no que se refere às vivências de prazer e sofrimento, a falta de reconhecimento como circunstância crítica com a média de 3,46, ao tempo em que a liberdade de expressão é vista como fator protetivo (3,36). Embora pareça contraditório, considerando que se trata de organização militar, com a rigidez disciplinar que lhe é subjacente e com comunicação controlada (DABNEYT et Al., 2013), explicações possíveis relacionam-se a uma mudança no tratamento entre os níveis hierárquicos com maior abertura para diálogos no campo operacional e também a popularização dos aplicativos de redes sociais em dispositivos móveis pelos quais a formação de comunidades virtuais de policiais propiciou amplo espaço para

discussão e difusão de suas opiniões, vivências e angústias, independentemente do nível hierárquico, impactando no sentimento de liberdade de expressão.

Saliente-se que os danos físicos (3,00) aparecem no limiar entre “crítico” e “grave”, em condição mais desfavorável do que os danos sociais (2,32) e psicológicos (2,32), ambos de avaliação moderada (crítico). Tais resultados podem ser explicados em decorrência do tipo de trabalho desempenhado (patrulhamento ostensivo), o que tende a provocar desgaste físico e, mesmo, risco de morte, de modo que os danos sociais, psicológicos e físicos observados são as colateralidades

características do trabalho policial, como apontam Ménard e Arter (2013).

Para avaliar a significância entre os fatores do ITRA, procedeu-se em teste de correlação considerando cada escala. Encontrou-se índice de correlação positiva (relação significativa de 0,01) entre as variáveis que compõem a Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho (EACT) com todos os demais fatores, o que ratifica o modelo teórico do ITRA (MENDES, 2007).

Quanto à Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), a análise dos fatores Custo Afetivo e Custo Cognitivo resultou em correlação negativa entre as variáveis ( $-0,330$ ), o que poderia ser explicado pelo fato de que não há, necessariamente, relação direta entre o custo afetivo (ligado às emoções) e o custo cognitivo (ligado à razão), por serem de dimensões distintas. Diante disto, é razoável supor que os policiais, pela natureza de suas atividades, estejam mais sujeitos à tomada racional de decisões perante situações violentas ou de vulnerabilidade (contra si ou contra terceiros), resultando em maiores prejuízos à dimensão cognitiva, ou seja, a racionalização atua como fator protetivo da sanidade. O efeito colateral dessa estratégia de racionalização da realidade, entretanto, pode resultar em um processo de

insensibilização perante a dor alheia, tal qual preconiza Anchieta et al. (2011).

No que se refere à Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), destacam-se duas constatações importantes na pesquisa: há uma significativa correlação (0,01) entre os fatores Vivência de Sofrimento e Falta de Reconhecimento (0,708), evidenciando uma relação linear entre os mensuradores de fatores negativos no trabalho; há indícios de que há alguma correlação negativa entre Realização Profissional e Vivência de Sofrimento ( $-0,057$ ), pressupondo que a vivência de sofrimento impacta negativamente na realização profissional. Não houve nível de significância aceitável ( $<0,05$ ) para afirmações contundentes, requerendo-se estudos adicionais para confirmar, ou não, o achado.

Para a Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT), encontrou-se forte correlação entre os fatores, com linearidade significativa entre os Danos Físicos, Sociais e Psicológicos. O fato de os policiais militares em atividade operacional estarem sujeitos à sofrer injúrias físicas, provoca a tendência de fazê-los terem reações sociais seletivas (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2007), além de sofrerem sérias consequências psicológicas,

como aponta estudo realizado por Anchieta e Galinkin (2005), indicativo da natureza degradante e onerosa da profissão policial militar, emblematicamente pela constatação de que a função da polícia é “limpar o lixo da sociedade” (ANCHIETA; GALINKIN, 2005, p. 35). Encontrou-se correlação positiva entre as variáveis Organização do Trabalho e Danos Sociais (0,336), demonstrando que problemas nas normas, tarefas, controles e ritmos do trabalho interferem negativamente no relacionamento do policial com amigos e familiares. Adicionalmente, encontrou-se ainda, correlação entre as Condições de Trabalho e a Vivência de Sofrimento (0,345), de forma que a qualidade do ambiente físico, equipamentos e materiais são fontes importantes de sofrimento, como avalia Ferreira (2011).

Destaca-se que o fator Condições de Trabalho tem correlação com os fatores da Escala de Avaliação de Danos Relacionados ao Trabalho (Danos Físicos: 0,427; Danos Sociais: 0,470 e Danos Psicológicos: 0,532), assim como os fatores da Escala de Danos se correlacionam com o fator Relações Socioprofissionais, interação entre o trabalhador e o trabalho quanto à comunicação e à gestão (Danos Físicos: 0,537; Danos Sociais: 0,535 e Danos Psicológicos: 0,572), ou seja, uma

comunicação deficiente, a percepção de dificuldades gerenciais e condições adversas de trabalho influenciam negativamente no bem-estar físico, social e psicológico do trabalhador.

O fator Custo Cognitivo apresenta correlação significativa (ao nível 0,01) com os fatores Danos Físicos (0,408) e Danos Sociais (0,414), mas não há correlação significativa com o fator Danos Psicológicos (0,271), indicando que a racionalização típica do trabalho policial pode manifestar-se adversamente em patologias físicas e, mesmo, prejudicar os relacionamentos interpessoais e familiares (RYAN et al., 2001). Quanto ao fator Custo Afetivo, merece destaque a altíssima correlação (1,00) com o fator Liberdade de Expressão, cuja hipótese é que a possibilidade de compartilhar as vivências do trabalho em redes sociais, como abordado anteriormente, potencializa sofrimentos individuais e histórias de violência, inclusive quando o policial não está em serviço, aumentando as exigências emocionais relativas ao trabalho.

O fator Vivência de Sofrimento apresenta correlação significativa com o fator Danos Psicológicos (0,471); este último, por sua vez, também apresenta correlação o fator Falta de Reconhecimento (0,484), ocorrendo

inter-relação entre as três variáveis: falta de reconhecimento é uma causa de sofrimento, que gera percepção de sentimentos negativos no trabalhador e amarguras a respeito de si próprio.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A presente pesquisa pretendeu aferir, mediante aplicação do ITRA, os riscos de adoecimento em termos de vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais, categoria profissional descrita como das mais vulneráveis em termos de riscos relacionados ao trabalho (ANDERSON; LITZENBERGER; PLECAS, 2002). Considerou-se, para tanto, referencial teórico da psicodinâmica e clínica do trabalho, pressupondo-se que o sofrimento decorre das nuances da profissão (DEJOURS, 1988), as quais o ITRA pode apreender objetivamente parte da realidade que os trabalhadores, policiais militares no caso da presente pesquisa, atribuem ao seu trabalho, considerando a subjetividade com base em seus modos de agir, sentir e pensar o contexto do trabalho (MENDES; COSTA; BARROS, 2003).

A mensuração dessa percepção, a partir da própria subjetivação atribuída pelo trabalhador acerca dos principais fatores causadores de prazer e sofrimento no

trabalho, sugere a necessidade de interpretação multifocal e sinérgica com uso de estratégias quantitativa e qualitativa, a fim de que se possa mapear com maior riqueza os problemas existentes (MENDES, 2007) entre os trabalhadores investigados. Estudos desse tipo, entretanto, ainda são incomuns em organizações policiais militares, o que destoia do panorama internacional, onde a profissão policial tem sido largamente estudada nas últimas décadas por conta efeitos deletérios de um trabalho descrito como dos mais estressantes e tido como aquele com maiores índices de depressão, alcoolismo e suicídio (GATES, 2006; SILVA; VIEIRA, 2008).

Os achados do presente estudo ratificam, tal qual descreve a literatura, que as condições desfavoráveis a que estão submetidos os policiais no dia-a-dia, requer dos responsáveis providências no sentido de minorar os impactos laborais adversos na saúde da categoria. A cadeia de comunicação formal e rígida, típica da organização militar, limita a comunicação direta e aberta dos subordinados com as chefias, o que é compensado por canais informais típicos do avanço e popularização da internet, facilitando a disseminação de tragédias pessoais, o que realimenta o “espírito de corpo” entre os policiais, inclusive, racionalizando-se a violência e

como meio para “fazer justiça”, como aponta Lister (2002).

O limiar do sofrimento se traduz em exaustão física e emocional em consequência de sentimentos subjetivos de pouca valorização e falta de reconhecimento, agravado pela precariedade da organização do trabalho. Ademais, merece destaque a dissonância entre as severas exigências laborais e a capacidade de suportá-las: a insensibilidade perante a dor alheia e, mesmo, a banalização da violência são os mediadores mais visíveis empregados para suportar as agruras do trabalho (CHANDLER; JONES, 1979; DEJOURS, 1988).

Os policiais tendem a estar mais propensos ao adoecimento com o decorrer dos anos de corporação, sugerindo-se que as estratégias individuais de resistência e enfrentamento se enfraquecem também ao longo do tempo. Recomenda-se, assim, estudos adicionais, de orientação subjetiva e objetiva, para melhor compreensão da interface entre organização do trabalho e sofrimento no trabalho, bem como mapeamento epidemiológico por variáveis como, por exemplo, propensão individual, modalidades de trabalho policial, turno de serviço, carga horária, sedentarismo, morbidade. Ademais, para pesquisas futuras recomenda-se desvelar as

estratégias de mediação empregadas por policiais para suportar o trabalho, principalmente por meio de estratégias qualitativas, visto que o ITRA “(...) identifica o visível, mas não se sabe o que está por trás dele” (MENDES; FERREIRA; CRUZ, 2007, p. 125).

Ainda que os objetivos propostos no estudo tenham sido alcançados, julga-se que há limitações devido ao grande número de variáveis que influenciam na vida organizacional, nas dimensões psíquicas e físicas dos policiais, além da própria instabilidade inerente à profissão, o que denota enorme lacuna acadêmica a ser explorada. Equilibrar exigências do trabalho e compensações físico-psíquicas deve ser uma meta da organização. O fortalecimento de setores de saúde preventiva e núcleos de atenção à saúde dos policiais parecem ser medidas mais do que necessárias para minorar os impactos negativos do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ALVES-MAZZOTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.
- ALCADIPANI, Rafael. Morticínio de policiais no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno (Coord.). Ano XX, 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/8o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acessado em 06 de Março de 2015. p. 38-39.
- AMADOR, F. S. et al.. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 22, n. 3, p. 54-61, 2002.
- ANCHIETA, V. C. C. et al. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais militares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 27, n. 2, p. 199-208, 2011.
- \_\_\_\_\_.; GALINKIN, A. L. Policiais civis: representando a violência. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 1, p. 29-37, 2005.
- ANDERSON, G. S.; LITZENBERGER, R.; PLECAS, D. *Policing*, v. 25, n. 2, p. 399-420, 2002.
- ANJOS, Felipe Burle dos. Organização do Trabalho. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (Org.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-273.
- BIGGAM, F. H.; POWER, K. G.; MacDONALD, R.R. Copying with the occupational stressors of police work: a study of Scottish officers. *Stress Medicine*, v. 13, n. 2, p. 109-115, 1997.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life*. London: Heinemann Educational Books, 1979.
- BRASIL. Lei nº 7.289, de 18 de Dezembro de 1984. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7289.htm). Acessado em 13 de Fevereiro de 2015.
- CHANDLER, E. V.; JONES, C. S. Cynism – na inevitability of police work? *Journal of Police Science and Administration*, v. 7, n. 1, p. 65-68, 1979.
- CHOPKO, B. A.; PALMIERI, P. A.; FACEMIRE, V. C. Prevalence and predictors of suicidal ideation among U.S. law enforcement officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 29, n. 1, p. 1-9, 2014.
- COLLINS, P. A.; GIBBS, A. C. C. Stress in police officers: a study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. *Occupational Medicine*, v. 53, n. 4, p. 256-264, 2003.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2007.

COUTO, G. et al. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Revista Psicologia Argumento*, v. 30, n. 68, p. 185-194, 2012.

CRUZ, S. G. F. P. Herói ou bandido? Estudo sobre a produção de identidade em policiais militares. 1989, 168p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil.

DABNEY, D. A. et al. A qualitative assessment of stress perception among members of a homicide unit. *Justice Quarterly*, v. 30, n. 5, p. 811-836, 2013.

DARENSBURG, T. et al. Gender and ages differences in posttraumatic stress disorder and depression among Buffalo police officers. *Traumatology*, v. 12, n. 3, p. 200-228, 2006.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1988.

\_\_\_\_\_. A banalização da injustiça social. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

\_\_\_\_\_.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2007b.

\_\_\_\_\_. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.F. (Coord.) *O indivíduo na organização – dimensões esquecidas*. Ofélia de Lanna Sette Torres (Org.). Tradução e adaptação Arakey Martins Rodrigues.../et. al./ Revisão técnica Carlos O. Bertero. São Paulo: Atlas, 1992b. p. 149-173.

\_\_\_\_\_. *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Brasília, Paralelo 15, 2012, 2 vols. 436 p.

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FERREIRA, João Batista; MACÊDO, Kátia Barbosa; MARTINS, Soraya Rodrigues. Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In: MONTEIRO, Janine Kieling; VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia (org.) *Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e prática*. Curitiba: Juruá, 2015. p. 33-49.

FERREIRA, Mário César; MENDES, A. M. *Trabalho e risco de adoecimento – o caso dos auditores fiscais da Previdência Social brasileira*. Brasília: Edições LPA e FANAFISP, 2003.

FERREIRA, Mário César Augusto. A ergonomia da atividade pode promover a qualidade de vida no trabalho? Reflexões de natureza metodológica. *Psicologia: Organização e Trabalho*, v. 11, n. 1, p. 8-20, 2011.

\_\_\_\_\_. Análise pericial do padrão de consumo de álcool em policiais e seus fatores de risco. *Revista Especialize On-line IPOG*, v. 5, n. 1, 2013.

FIELD, A. Descobrimos a estatística usando o SPSS. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública, 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacao/pesquisa-de-vitimizacao-e-percepcao-de-risco-entre-profissionais-do-sistema-de-seguranca-publica>. Acessado em 10 de Agosto de 2015.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GATES, E. Under pressure. The RoSPA Occupational Safety & Health Journal, v. 36, n. 5, p. 22-26, 2006.

KPOSOWA, J. Suicide mortality in the United States: differentials by industrial and occupational groups. American Journal of Industrial Medicine, v. 36, n. 6, p. 645-652, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7a. Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCMAN, S.; SZNELMAN, L. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). Rio de Janeiro: Fiocruz / Brasília: Paralelo 15, 2004.

LIBERMAN, A. et al. Routine occupational stress and psychological distress in police. Policing: Na International Journal of Police Strategies and Management, v. 25, n. 2, p. 421-444, 2002.

LIPP, M. N. Stress and quality of life of senior brazilian police officers. The Spanish Journal of Psychology, v. 12, n. 2, p. 593-603, 2009.

LISTER, S. Violence as a commercial resource. Journal of Forensic Psychiatry, v. 13, n. 2, p. 245-249, 2002.

MARTA, G. et al. Psychological distress and post-traumatic symptoms following occupational accidents. Behavioral Sciences, v. 3, n. 4, p. 587-600, 2013.

MÉNARD, K. S.; ARTER, M. L. Police officer alcohol use and trauma symptoms: associations with critical incidents, coping, and social stressors. International Journal of Stress Management, v. 20, n. 1, p. 37-56, 2013.

MENDES, A. M. Os novos paradigmas de organização do trabalho: implicações para a saúde mental do trabalhador. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 85-86, n. 1, p. 72-80, 1995.

\_\_\_\_\_.; ABRAHÃO, J. I. A influência da organização do trabalho nas vivências de prazer-sofrimento do trabalhador: uma abordagem psicodinâmica. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 2, p. 179-184, 1996.

MENDES, A. M.; COSTA, V. P.; BARROS, P. C. R. Estratégias de enfrentamento psíquico no trabalho bancário. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 3, n. 1, p. 59-72, 2003.



MENDES, A. M. (Org). Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método, pesquisas. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. v. 1. 367p

\_\_\_\_\_. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: \_\_\_\_\_ (Org). Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. cap. 1.

\_\_\_\_\_.; FERREIRA, Mário César; CRUZ, Roberto Moraes. O diálogo psicodinâmica, ergonomia e psicometria. In: MENDES, Ana Magnólia (Org). Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. cap. 4.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia (Org). Psicodinâmica do Trabalho: teoria, métodos e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. cap. 5.

\_\_\_\_\_.; TAMAYO, A. Valores e vivências de prazer-sofrimento no trabalho. Psico-USF, v. 6, n. 1, p. 39-46, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio. Risco e (in)segurança na missão policial. Ciência Saúde Coletiva [online]. 2013, vol.18, n.3, p. 585-593.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. Cad. Saúde pública, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, S.G.; CARVALHAES, O.R. (In)segurança profissional e (in)segurança pública. Coleção Segurança com Cidadania, 2009. p. 195-230.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Elizabeth Costa Dias (org.). Idelberto Muniz Almeida et al. (colaboradores). Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001. 580 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. Classificação Brasileira de Ocupações: CBO - 2010 - 3a ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010. v. 1 828 p.

MÜLLER, Daniela Zipperer. Um a polícia especial: possibilidades de prazer no trabalho dos policiais militares do pelotão de operações especiais, 2012. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre: 2012, 113 p.

MUNIZ, J. Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro [tese]. Apresentada ao Programa de Pós graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: UCAM; 1999. 289 p.

MURTA, S. G.; TRÓCCOLI, B. T. Avaliação de Intervenção em Estresse Ocupacional. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 20, n. 1, p. 39-47, 2004.

NASCIMENTO, N. C. Uma delegacia de polícia no Distrito Federal: da estrutura à comunidade. 1999, 163p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

PENA, Ana Paula Rosa Jacinto Conceição. Compulsão alimentar e obesidade: estudo exploratório em uma Unidade Policial Militar do Distrito Federal. 2011. x, 93 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

RODRIGUES, P. F. et al. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. Revista Científica Eletrônica de Psicologia, ano IV, n. 7, s/p, 2006.

RYAN, A. M. et al. Anticipated work/family conflict and family member views: role in police recruiting. Policing, v. 24, n. 2, p. 228-239, 2001.

SILVA, M .B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. Saúde e Sociedade, v. 17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. Ciênc. saúde coletiva, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

STOTLAND, E. The effects of police work and professional relationship on health. Journal of Criminal Justice, v. 19, n. 4, p. 371-379, 1991.

VALLA, W. Deontologia Policial Militar. Paraná. Editora da Associação da Vila Militar, 2000.

VIOLANTI, J. M. Predictors of police suicide ideation. Suicide and Life Threatening Behavior, v. 34, n. 3, p. 277-283, 2004.

WATER, J.A.; USSERY, W. Police stress: history, contributing factors, symptoms, and interventions. Policing: An International Journal of Police Strategies and Management, v. 30, n. 2, p. 169-188, 2007.

WEBSTER, J. H. Police officer perceptions of occupational stress: the state of the art. Policing, v. 36, n. 3, p. 636-652, 2013.

## Contato

---

**Leonardo Borges Ferreira**  
Mestre em Administração – PPGA – UnB. Bacharel em Administração – UnB. Bacharel em Direito – UniDF. Pós graduado Lato Sensu em Direito Internacional – UnB.  
E-mail: [tutant09@yahoo.com.br](mailto:tutant09@yahoo.com.br)

**Marcelo Augusto Finazzi Santos**  
Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade de Brasília. Doutorando em Administração pela Universidade de Brasília.  
Email: [marcelofinazzi@hotmail.com](mailto:marcelofinazzi@hotmail.com)

**Kesley Morais de Paula**  
Graduado em Administração pela Universidade de Brasília. Mestre em Administração pela Universidade de Brasília.

Email: [kesleymorais@gmail.com](mailto:kesleymorais@gmail.com)

**Juliana Moro Bueno Mendonça**

Bacharel e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Doutorando em Administração na Universidade de Brasília – UnB

Email: [juliana\\_mbueno@hotmail.com](mailto:juliana_mbueno@hotmail.com)

**Adailto Fernandes Carneiro**

Graduado em Ciência Policiais pela Academia de Polícia Militar de Brasília. Mestrando em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação na Universidade Católica de Brasília - UCB

Email: [nitropenta21@gmail.com](mailto:nitropenta21@gmail.com)